## INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº /2022

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIOS PARA PARCERIAS COM EMPRESAS PRIVADAS E ESTATAIS, COM A FINALIDADE DE CONCESSÕES DE IMÓVEIS PÚBLICOS LIGADOS À CULTURA, EDUCAÇÃO E ESPORTE.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, de autoria do ilustre Vereador **Márcio Ângelo Beraldo**, e eu, prefeito do Município, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com empresas privadas e estatais para a concessão de imóveis públicos ligados à cultura, educação e esporte com a finalidade de promover ações, projetos e eventos de natureza especificadas pela presente Lei.

Parágrafo único. As ações, projetos e eventos a serem desenvolvidos pelas empresas parceiras, que faz menção o caput deste artigo, serão as especificadas a seguir:

- I Cursos, palestras e seminários
- II Eventos beneficentes;
- III Feira da Louça;
- IV Feiras de artesanatos e/ou produtos coloniais;
- V Festas folclóricas;
- VI Festivais musicais e shows;
- VII Retiros religiosos;
- VIII Campeonatos esportivos;
- IX Comemorações étnicas-raciais;
- Art. 2º As minutas dos convênios a serem firmados entre as partes, serão de responsabilidade da administração pública municipal, ou, caso o sejam pelo



## Gabinete do Vereador Márcio Beraldo

convenente, deverão ser previamente examinadas e aprovadas, em todos os seus termos, pela Procuradoria Jurídica do Município de Campo Largo.

Parágrafo único. Para a efetiva concretização do estabelecido no caput deste artigo, fica proibida qualquer tipo de compensação tributária entre as partes.

Art. 3º Caberá ao Poder Público do Município de Campo Largo, determinar a contrapartida da empresa contratante, seja uma porcentagem do valor do ingresso, quando o evento praticar, como um valor previamente determinado.

Parágrafo único. O valor arrecadado com a parceria das empresas conveniadas, será destinado à Fundação Municipal Cultural de Campo Largo FMCC.

- Art. 4º A empresa privada e estatal que contratar o imóvel do Poder Público Municipal de Campo Largo, terá total responsabilidade sobre quaisquer ônus que o evento vier a proporcionar ou causar, obrigando-se a ressarcir o Município de bens móveis, bem como, a estrutura física do imóvel convencionado, caso houver.
- Art. 5º A segurança e saúde dos colaboradores contratados para o evento, participantes e a terceiros que possa vir acontecer, será única e exclusivamente de responsabilidade da empresa convenente.
- Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
  - Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Largo, 14 de março de 2022.

MÁRCIO ÂNGELO BERALDO

Vereador